

HABEAS CORPUS Nº 493.339 - SP (2019/0042099-2)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : JOAO MACIEL DE LIMA NETO
ADVOGADO : JOÃO MACIEL DE LIMA NETO - SP193386
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : D A B (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de D. A. B. no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2269691-59.2018.8.26.0000).

Consta dos autos que o paciente teve decretada sua prisão preventiva, acusado da suposta prática do crime contido no art. 217-A, c/c o art. 226, II, na forma do art. 71, todos do Código Penal.

Segundo a denúncia, o acusado, padrasto da vítima, "praticou, por diversas vezes e em continuidade delitiva, atos libidinosos diversos de conjunção carnal com [E A A P DOS S], de 07 anos de idade, pessoa menor de catorze anos" (e-STJ fl. 33).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem (e-STJ fls. 363/367).

No presente *writ*, o impetrante assere a ausência de contemporaneidade, uma vez que a prisão foi decretada em desfavor do paciente oito após os fatos delituosos.

Aduz que "a falta de contemporaneidade do delito imputado ao paciente e a inoccorrência de fatos novos a justificar, nesse momento, a necessidade de segregação, torna a prisão preventiva ilegal, por não atender ao requisito essencial da cautelaridade" (e-STJ fl. 7).

Alega que o acusado é primário, possui residência fixa e trabalho lícito.

Diante disso, pleiteia, em tema liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, em especial porque o Tribunal de origem deixou registrado que a " decisão impugnada não se reveste de nenhuma ilegalidade, apresentando fundamentos de fato e de direito suficientes para justificar a necessidade e a adequação da prisão preventiva, notadamente diante do desaparecimento do paciente, que levou ao chamamento por edital" (e-STJ fl. 366/367).

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator